

O LUGAR DA “GRAMÁTICA DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA” NO PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DO PLE NO BRASIL

Grazielle da Silva dos Santos¹⁰¹

RESUMO

O presente trabalho busca interpretar os efeitos de sentido produzidos pelo surgimento da “Gramática de Português como Língua Estrangeira”, de Vicente Masip, publicada no ano 2000, no Brasil. Em especial, propõe-se uma reflexão sobre o lugar que ela ocupa no processo de gramatização brasileiro do português como língua estrangeira, tendo em vista a ausência de investigações a respeito desse instrumento linguístico. De acordo com a revisão de literatura realizada, o que se observa é um conjunto de estudos que consideram os materiais didáticos e a criação de novos espaços de circulação da língua nacional (como a SIPLE, o CELPE-Bras) como instrumentos linguísticos, mas que, por outro lado, ignoram a existência de uma Gramática, como a de Vicente Masip, no tocante à abordagem da variedade brasileira do português. Para tanto, tomou-se como corpus para a análise recortes da materialidade linguística da referida Gramática que possibilitam pensar esse lugar. Os resultados mostraram que é possível pensar o processo de gramatização brasileiro do PLE a partir do olhar sobre o funcionamento do instrumento linguístico. O funcionamento contrastivo é o aspecto que permite vislumbrar o lugar da “Gramática de Português como Língua Estrangeira” no processo de gramatização do PLE no Brasil, colocando o brasileiro em um lugar de variedade privilegiada dentro do quadro da lusofonia. Acredita-se que a análise depreendida permitiu difundir outras formas de conceber os processos de gramatização das línguas. Isso não significa, de forma alguma, descartar o que Auroux (1992) conceituou. Significa, sim, uma (re)significação do próprio conceito de gramatização, conforme considera Petri (2012). Neste sentido, este estudo nasce com a pretensão – audaciosa, sabe-se – de constituir-se como um marco no quadro dos estudos sobre o processo de gramatização do PLE no Brasil, possibilitando pensar tal processo a partir de perspectivas outras, além da posição de autoria abordada por Zoppi-Fontana (2008).

PALAVRAS-CHAVE: Linguística; Português- Língua Estrangeira; Gramatização

Introdução

Este artigo busca interpretar os efeitos de sentido produzidos pelo surgimento da “Gramática de Português como Língua Estrangeira”, de Vicente Masip, publicada no final do séc. XX, no Brasil. Em especial, propõe-se uma reflexão sobre o lugar que ela ocupa no processo de gramatização¹⁰² brasileiro do português como língua estrangeira, tendo em vista a ausência de investigações a respeito desse *instrumento lingüístico*¹⁰³, como é possível constatar na revisão de literatura apresentada a continuação.

¹⁰¹ UFSM – Mestranda – graziesp@hotmail.com

¹⁰² O conceito de *gramatização* é definido por Auroux como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65).

¹⁰³ A respeito do conceito de *instrumento lingüístico*, Auroux considera que “a gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um instrumento lingüístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de

Conforme Almeida Filho (2008), o primeiro livro didático voltado para o ensino de PLE foi produzido no Rio Grande do Sul em 1956, porém as seguintes décadas, de 60 e 70, não revelam iniciativas do Brasil quanto ao ensino de PLE e sim de países estrangeiros. Estas décadas são marcadas por ações desenvolvidas em Universidades dos Estados Unidos que promoviam o ensino do Português e a produção de manuais na língua. Somente no final da década de 70 que será publicada, no Brasil, uma nova série de importantes obras voltadas para o ensino de PLE, contudo é só a partir dos anos 80 que, de fato, este contexto irá mudar.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a década de 80 e 90 serão as mais marcantes em relação a iniciativas voltadas para o ensino de PLE no Brasil. Nos anos 80, ocorre uma considerável expansão na oferta de livros didáticos e, aliado a isto, nos 90, se desenvolve uma nova consciência profissional quanto ao ensino de PLE, crescem os estudos teóricos a respeito do assunto e os cursos de Letras começam a ofertar disciplinas direcionadas ao ensino de PLE.

Segundo Zoppi-Fontana (2008), nesta época, o ensino de PLE no Brasil começa, finalmente, a ganhar espaço. Percebe-se, nos anos 90, um maior incentivo à formação de profissionais na área e o aumento de projetos, trabalhos e pesquisas sobre o assunto. É nesta época, inclusive, que é criada a Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira, a SIPLE, e que o Ministério da Educação do Brasil (MEC) desenvolve e outorga o CELPE-BRAS (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), um instrumento linguístico que irá colaborar não só com a criação de uma identidade do povo brasileiro a partir do que se entende por brasilidade, como também legitimará a língua nacional.

Tudo isto se deve, de acordo com a mesma autora, à criação de novos espaços para a circulação da língua nacional através do MERCOSUL e da maior visibilidade e participação do Brasil no cenário político-econômico mundial. Com estes novos acontecimentos, fica evidente, então, a necessidade do desenvolvimento de um saber metalinguístico e de instrumentos linguísticos em língua portuguesa que fossem devidamente legitimados. Com isso, é a partir dos anos 90 que se verifica um processo mais intenso de gramatização do português brasileiro (PB) como língua estrangeira (LE).

O que se observa é um conjunto de estudos que consideram os materiais didáticos e a criação de novos espaços de circulação da língua nacional (como a SIPLE, o CELPE-Bras) como instrumentos linguísticos, mas que, por outro lado, ignoram a existência de uma Gramática, como a de Vicente Masip, no tocante à abordagem da variedade brasileira do português. Neste sentido, o que se pretende no presente estudo é justamente integrar tal instrumento

um mesmo locutor. Isso é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência lingüística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües que serão produzidos a partir do Renascimento” (AUROUX, 1992, p. 69).

linguístico ao processo de gramatização brasileiro do PLE. Porém, para encaminhar a análise nessa direção, antes se faz necessário entender tal processo.

Do processo de gramatização brasileiro do português ao do PLE

De acordo com os estudos realizados por Eduardo Guimarães (1994) e Mónica Zoppi-Fontana (2008) a respeito do processo de gramatização brasileira do português, é possível considerar uma periodização dividida em cinco momentos – sendo os quatro primeiros propostos por Guimarães e o último, identificado por Zoppi-Fontana.

Segundo Guimarães,

O primeiro período iria da “descoberta” em 1500 até a primeira metade do século XIX, momento em que se desenvolvem debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses. Deste momento é a célebre polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas; ou a polêmica entre Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco. O segundo período iria da segunda metade do século XIX, iniciada pelos debates referidos no parágrafo anterior pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro em 1881, pela fundação da Academia Brasileira de Letras (em 1897), até fins dos anos 30, quando da fundação das Faculdades de Letras no Brasil. Tanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (em 1937) quanto a Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil (em 1939). O terceiro período iria do final dos anos 30 até meados da década de 60, quando o Conselho Federal de Educação torna a Linguística disciplina obrigatória no Brasil, para os cursos de Letras. O quarto período iria de meados dos anos 60 até hoje. Período em que a linguística se implantou em todos os cursos de graduação em Letras e ao mesmo tempo foram implantados cursos de Pós-graduação em Linguística em alguns centros universitários brasileiros. (GUIMARÃES, 1994)

Para cada período, Guimarães (1994) aponta características que definem tais momentos. De forma resumida, o primeiro período caracteriza-se pela ausência de estudos sobre a língua portuguesa realizados no Brasil. Já, o segundo identifica-se pelo início dos estudos a respeito do português do Brasil e da publicação das primeiras gramáticas produzidas no Brasil. Além disso, caracteriza-se pela fundação da Academia Brasileira de Letras. O terceiro momento é marcado pela fundação de Faculdades de Letras no Brasil, culminando com a obrigatoriedade da disciplina de Linguística nos cursos de Letras brasileiros (por decisão do Conselho Federal de Educação, em 1962). E, por fim, o quarto momento é caracterizado pela institucionalização da Linguística (através de sua implantação em todos os cursos de graduação e da criação de cursos de pós-graduação em Linguística no Brasil).

Zoppi-Fontana (2008), considerando tal periodização e explorando preferencialmente o quarto período proposto por Guimarães (1994), identifica um momento - o que, no presente artigo,

entende-se como um quinto período –, no qual a gramatização brasileira do português comportaria, além do estatuto de língua nacional, o de *língua transnacional*. A autora considera o português do Brasil uma *língua transnacional* devido ao que chama de “espaço de enunciação ampliado”. Segundo ela, o português do Brasil “se constitui em língua transnacional através da institucionalização e instrumentação do Português Língua Estrangeira (PLE) como nova área de conhecimento” (ZOPPI-FONTANA, 2008, p. 90).

Refletindo sobre a gramatização do português no Brasil, Zoppi-Fontana conclui que

O que caracteriza o processo brasileiro é a construção de uma *posição de autoria* em relação ao saber metalingüístico e à produção de instrumentos lingüísticos da própria língua, que consistiria em configurar um lugar de enunciação institucional e internacionalmente legitimado que autoriza um saber sobre a língua nacional passível de ser exportado.

E é justamente a constituição dessa posição de autoria que a lingüista consegue vislumbrar em seu trabalho sobre a gramatização do PLE no Brasil, através da análise dos livros didáticos de português como língua estrangeira produzidos no país, do exame de proficiência Celpe-Bras e das associações científicas. Neste sentido, Zoppi-Fontana considera que a autoria do brasileiro, nesse processo, se evidencia, principalmente, pelo crescente movimento de *endogramatização*¹⁰⁴.

Dessa forma, é possível perceber que os estudos realizados até o momento, em um movimento crescente, apontam para a legitimação da língua nacional no processo de gramatização do PLE no Brasil.

Além disso, é curioso – conforme já foi constatado ao início deste trabalho – o fato de as pesquisas não considerarem a “Gramática de Português como Língua Estrangeira”, de Vicente Masip, como parte do processo de gramatização do PLE no Brasil. Um dos motivos, possivelmente, tenha a ver com o fato de tal Gramática caracterizar uma *exogramatização*¹⁰⁵. Mas, isso será melhor explorado no capítulo seguinte.

¹⁰⁴Auroux (1992, p.74) propõe a denominação *endogramatização* para indicar a posição do sujeito brasileiro na produção de um instrumento lingüístico.

¹⁰⁵Ao contrário da *endogramatização*, a *exogramatização* indica a posição de sujeito estrangeiro na produção do instrumento lingüístico (AUROUX, 1992, p. 74). Tal constatação será melhor esclarecida no capítulo seguinte.

Do caráter contrastivo da Gramática de Vicente Masip: a construção do caminho analítico

A “Gramática de Português como Língua Estrangeira”, de Vicente Masip, é publicada em 2000, final do séc. XX, no Brasil. Esta surge, segundo o próprio autor, a partir de uma constatação:

Estudantes de português como segunda língua dispunham de bons métodos didáticos para entender, falar, ler e escrever o novo idioma. Mas, careciam de uma Gramática específica, pois todas as obras do gênero visam à sistematização do português, língua materna. (MASIP, 2000, p. 07)

De acordo com a citação acima, é possível afirmar que o surgimento da referida Gramática se constitui como um instrumento lingüístico dentro do processo de gramatização do PLE. Além disso, o discurso de Masip permite inferir que, possivelmente, essa seja a primeira Gramática específica de português como língua estrangeira (dado que não se tem confirmação).

Mas, buscando centrar a atenção no lugar da referida Gramática no processo de gramatização brasileiro do PLE, faz-se necessário analisar o viés que possibilita vislumbrar tal entendimento.

De acordo com o que aponta Mónica Zoppi-Fontana, a característica principal do processo de gramatização do PLE no Brasil é a posição de autoria do brasileiro. Esta posição estaria vinculada a dois aspectos: à endogramatização do português brasileiro (PB) e à internacionalização do PB. Porém, analisando os **Excertos 1 e 2** – a apresentação do currículo de Masip e o prefácio da Gramática escrito por um brasileiro, o professor Francisco Gomes de Matos – chega-se a pensar na impossibilidade de sua integração no quadro processual da gramatização do PLE no Brasil.

Excerto 1: *Vicente Masip Viciano nasceu em Carcaixent (Valencia, Espanha) em 1947. (...) Chegou ao Brasil em 1969. (...)*

Excerto 2: *(...) Ao compartilhar, com professores e alunos adiantados, conhecimentos sistematizados de aspectos fonológicos, ortográficos e morfossintáticos do Português – com atenção à variedade brasileira – o autor presta um relevante serviço à área de crescente e estratégica importância para a internacionalização da língua portuguesa. (...)*

Na transcrição do **Excerto 1**, é possível observar que Masip é espanhol. Portanto, é um estrangeiro frente à produção do instrumento lingüístico, à língua que descreve – processo de exogramatização. Considerando a abordagem de Zoppi-Fontana, pode-se dizer que esse fato descaracteriza a Gramática em questão como parte do processo brasileiro. Tal constatação é corroborada pela análise do **Excerto 2**, pois o brasileiro é considerado uma “variedade” no quadro da lusofonia, buscando-se, dessa forma, a “internacionalização da língua portuguesa”.

Ou seja, tal Gramática rompe com a posição de autoria apontada por Zoppi-Fontana como característica do processo brasileiro. Neste sentido, é possível compreender o motivo, talvez, pelo qual a “Gramática de Português como Língua Estrangeira” não ocupa lugar nos estudos sobre a gramatização do PLE no Brasil.

Porém, o que este estudo pretende mostrar é que há outros indícios pelos quais é possível integrar a Gramática de Vicente Masip ao processo de gramatização do PLE no Brasil.

Em seu trabalho intitulado “Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista”, Petri (2012), a partir da análise do processo de dicionarização da linguagem regionalista do Rio Grande do Sul-Brasil, propõe repensar a noção de gramatização, difundida por Aouroux, considerando as formas de funcionamento do instrumento linguístico. Segundo a autora,

Se por um lado temos todo o processo de gramatização das línguas vinculado às tecnologias que instrumentam cada língua e possibilitam que cada uma delas seja ensinada e aprendida; por outro, temos a constituição de inúmeros instrumentos linguísticos que revelam outros funcionamentos. (PETRI, 2012, p. 35)

E é a partir desse olhar sobre o funcionamento do instrumento linguístico que o trabalho analítico será desenvolvido.

Realizando uma observação atenta à obra de Masip e tentando identificar o viés pelo qual se poderia vislumbrar a particularidade do funcionamento do instrumento linguístico, chamou atenção o caráter contrastivo de sua Gramática. Ao longo da leitura, é comum deparar-se com ressalvas a respeito do português que é falado no Brasil. Seguem alguns dos recortes:

Excerto 3:(...) *Em algumas regiões do Brasil. (...) (trecho referente aos fonemas consonantais /t/ e /d/ quanto à posição da língua na emissão dos sons – p. 36)*

Excerto 4:(...) *Em algumas regiões do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro e Pernambuco, o som [] substitui o [s], escrito com s, z, quando está situado após vogal, fechando sílaba, precedido, às vezes, de um i breve (...) (trecho referente aos fonemas consonantais / / e / / – p. 47)*

Excerto 5:(...) *Quando um brasileiro quer transmitir surpresa, interesse, censura, etc., serve-se da duração: **meni:::na!** Por outro lado, as átonas de fim de palavra duram menos do que as restantes (...) (trecho referente à duração dos enunciados e a sua correspondência ortográfica – p. 72)*

Excerto 6:(...) *As que seguem são de uso comum em Portugal e no Brasil(...)* (trecho referente às contrações entre pronomes e preposições – p. 96)

Excerto 7:(...) *A segunda pessoa do singular (tu) usa-se no Brasil em contextos de intimidade, com diversa frequência segundo regiões. Observam-se no seu uso coloquial (tu **queres**, tu **vais**, tu **sabes**), porém, desvios de concordância: (tu **quer**, tu **vai**, tu **sabe**). Aconselha-se aos estrangeiros o uso de **você**, a forma de tratamento universal, e mais simples do ponto de vista sintático (...)* (trecho referente à flexão dos verbos – p. 105)

Excerto 8:(...) *A segunda pessoa do plural (**vós**) só se emprega, no Brasil, em linguagem falada formal e em textos protocolares. Aconselha-se aos estrangeiros o uso de **vocês** também nesses contextos (...)* (trecho referente à flexão dos verbos – p. 105)

Excerto 9:(...) *O brasileiro hesita ao conjugar as formas imperativas da segunda pessoa, devido à falta de costume. Apresentamos as formas de alguns verbos irregulares de uso freqüente (...)* (trecho referente às irregularidades do imperativo – p. 120)

Excerto 10:(...) *No português falado informal do Brasil, tende-se a substituir **a** por **para** (...)* (trecho referente à preposição **A** – p. 139)

Excerto 11:(...) *No Brasil, faz-se uma distinção sobre a regência do verbo **falar**: Falar **de** alguém (criticar) / Falar **em** alguém (informar) (...)* (trecho referente à preposição **EM** – p. 142)

Excerto 12:(...) *Trata-se de fórmulas totalmente fora de uso em linguagem informal, e de raro emprego em linguagem escrita formal, no Brasil (...)* (trecho referente à concordância verbo-nominal na oração – p. 173)

Excerto 13:(...) *Construções como: **dar-te-ei**; **dar-lho(lhe+o)-ei**; **fi-lo**; são de raríssimo uso no português do Brasil (...)* (trecho referente às normas sintáticas que regem os pronomes oblíquos pessoais e não pessoais – p. 175)

Como mencionado no capítulo anterior, o que caracteriza o processo de gramatização brasileiro é a posição de autoria. Neste sentido, o que é possível perceber, ao analisar a “Gramática de Português como Língua Estrangeira”, de Vicente Masip, é justamente a ausência dessa posição de autoria do brasileiro como língua nacional e transnacional, pois, nos excertos acima transcritos, o que se privilegia é a “variedade brasileira” do português. Ou seja, Masip reconstrói a relação Brasil (colônia)-Portugal (colonizador) característica do primeiro

período da gramatização do português. Assim, há uma tentativa de gramatização do PLE que reaproxima o Brasil de Portugal em uma posição de submissão linguística ao português de Portugal.

Para analisar o funcionamento desse instrumento linguístico, encontra-se na analogia com a abordagem realizada por Petri (2012) o caminho da interpretação.

Todo o trabalho da autora parte do conceito de gramatização difundido por Aurox. Segundo ela, esse se constituiria como um ponto de partida para “começar a estabelecer as relações deste processo [de gramatização do português brasileiro] com as línguas minoritárias” (PETRI, 2012, p. 26). Neste sentido, no caso da Gramática analisada, pode-se pensar na “variedade brasileira” como uma língua minoritária, pois, como já apontado, o que se percebe nos excertos transcritos é um tratamento do brasileiro como uma “variedade” do português de Portugal. Dito dessa forma, parece que a análise se encaminha para outra direção. Mas, de acordo com o que propõe Petri (2012), deve-se lançar o olhar sobre o funcionamento particular do instrumento linguístico. E isso permite uma interpretação a respeito do funcionamento da “variedade brasileira” no interior do próprio instrumento linguístico.

Com isso, algumas perguntas surgem. Por que o contraste?; Por que o contraste do português de Portugal com a “variedade brasileira”?

Para responder ao primeiro questionamento, pode-se pensar na comparação desse tipo de Gramática com as de língua materna. Neste sentido, somente uma Gramática de língua estrangeira permite o gesto contrastivo, pois nela reside a possibilidade de comparação/distinção das línguas como elemento potencializador do processo de ensino-aprendizagem. Em uma Gramática de língua materna isso não teria razão de ser, tendo em vista que tal instrumento linguístico serve a outro objetivo, a outro público: descrição e instrumentalização da língua materna para falantes nativos desta língua.

Por outro lado, a segunda questão permite refletir sobre o ato de privilegiar-se a “variedade brasileira” do português e não outras – como, por exemplo, a variedade moçambicana, a angolana, etc. Analisando o lugar de variedade do brasileiro no interior do referido instrumento linguístico e considerando o título da Gramática de Masip – “Gramática de Português como Língua Estrangeira” – percebe-se que a língua descrita é o português de Portugal. Mas, por que, então, dedica-se uma “atenção à variedade brasileira” numa Gramática que nasce com a pretensão de homogeneização da língua portuguesa – destinada a “estudantes de português como segunda língua”?

Considerando o caráter homogeneizador do referido instrumento linguístico, é possível afirmar que essa Gramática servirá a qualquer contexto de ensino-aprendizagem do português

língua estrangeira. Neste sentido, tal instrumento funciona no âmbito da internacionalização do português e, conseqüentemente, a “variedade brasileira” também é internacionalizada.

Sendo assim, o funcionamento contrastivo é o aspecto que permite vislumbrar o lugar da “Gramática de Português como Língua Estrangeira” no processo de gramatização do PLE no Brasil, colocando o brasileiro em um lugar de variedade privilegiada dentro do quadro da lusofonia.

Considerações Finais

Acredita-se que a análise depreendida permitiu difundir outras formas de conceber os processos de gramatização das línguas. Isso não significa, de forma alguma, descartar o que Auroux conceituou. Significa, sim, uma resignificação do próprio conceito de gramatização, conforme considera Petri (2012). Neste sentido, este estudo nasce com a pretensão – audaciosa, sabe-se – de constituir-se como um marco no quadro dos estudos sobre o processo de gramatização do PLE no Brasil, possibilitando pensar tal processo a partir de perspectivas outras, além da posição de autoria abordada por Zoppi-Fontana (2008).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **O ensino de português como língua não-materna: concepções e contextos de ensino.** Universidade de Brasília. 2008. Disponível em: <www.estacaodaluz.org.br>. Acesso em: 20 jul. 2013.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da Gramatização.** Campinas: Unicamp, 1992.

GUIMARÃES, E. R. J. **Sinopse dos estudos de português no Brasil.** Relatos Publicação do Projeto Hil Unicamp, Campinas, n.1, p. 3-20, 1994. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html>. Acesso em: 21 jul. 2013.

MASIP, V. **Gramática de português como língua estrangeira.** 1. ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 2000. v. 1. 238p.

PETRI, Verli. **Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista.** Língua e Instrumentos Linguísticos, v. 1, p. 23-37, 2012. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao29/artigo2.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

ZOPPI- FONTANA, M. G.; Diniz, L. R. A. **Declinando a Língua pelas Injunções do Mercado: Institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE).** Estudos Linguísticos (São Paulo), v.37, pg. 89-119, 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_10.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.